PKS

PUBLIC
KNOWLEDGE
PROJECT

REVISTA DE
GEOGRAFIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE

OJS

OPEN
JOURNAL
SYSTEMS

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia>

CRÍTICA DA LEITURA HAESBAERTIANA AO MATERIALISMO (DIALÉTICO)

Pedro Paulo de Lavor¹, Ana Rocha dos Santos²

¹ Licenciado em Geografia pela Universidade de Pernambuco, Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Técnico-Administrativo em Educação na Universidade Federal da Bahia. E-mail: lavornunes@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9994-9854>

² Licenciada, bacharel, mestre e doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, instituição na qual é professora do Campus Prof. Alberto Carvalho e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO). Líder do Grupo de Pesquisa em Estudos Urbano-regionais, Política e Educação - GRUPE. E-mail: ana.rochaufs@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0808-7855>

Artigo recebido em 22/12/2020 e aceito em 19/05/2021

RESUMO

Este artigo tem como propósito central realizar uma descrição e crítica dos componentes (epistemológicos/ontológicos) que sustentam as defesas de Rogério Haesbaert no que tange o entendimento sobre matéria ([existência d]o real), materialidade (qualidade/caráter/estado/situação da matéria) e materialismo (método de análise/pensamento/pesquisa do real), tendo como pesquisa e fundamentação seus escritos da década de 1990 sobre modernidade e pós-modernidade. Neste texto, dividimos nossa reflexão em dois momentos. No primeiro, será feita uma crítica ao artigo Filosofia, geografia e crise da modernidade, publicado pela revista Terra Livre, no ano de 1990, por Haesbaert ter introduzido com profundidade seu entendimento no tocante à matéria/materialidade/materialismo. Num segundo momento, será realizada uma crítica à conjugação de materialidade e imaterialidade, feita por Haesbaert no percurso de produção do seu pensamento até o momento atual. E, por fim, serão extraídas exortações da crítica feita por Haesbaert ao materialismo dialético e ao marxismo.

Palavras-chave: história do pensamento geográfico; epistemologia; ontologia; materialismo.

CRITICISM OF HAESBAERTIAN READING TO (DIALECTICAL) MATERIALISM

ABSTRACT

The main purpose of this article is to describe and critique the components (epistemological/ontological) that support Rogério Haesbaert's defenses regarding the understanding of matter ([existence of] the real), materiality (quality/character/state/situation of material) and materialism (method of analysis/thought/research of the real), based on his writings from the 1990s on modernity and postmodernity. In this text, we divided our reflection into two moments. In the first, a criticism will be made of the article Philosophy, geography and crisis of modernity, published by Terra Livre magazine, in 1990, by Haesbaert having introduced his understanding in depth with regard to matter/materiality/materialism. In a second step, a criticism will be made of the combination of

materiality and immateriality, made by Haesbaert in the course of producing his thought until the present moment. And, finally, exhortations from Haesbaert's criticism of dialectical materialism and Marxism will be extracted.

Keywords: history of geographical thought; epistemology; ontology; materialism.

CRÍTICA DE LA LECTURA HAESBAERTIANA AL MATERIALISMO (DIALÉCTICO)

RESUMEN

El objetivo principal de este artículo es describir y criticar los componentes (epistemológicos/ontológicos) que sustentan las defensas de Rogério Haesbaert sobre la comprensión de la materia ([existencia de] lo real), la materialidad (calidad/carácter/estado/situación de material) y materialismo (método de análisis/pensamiento/investigación de lo real), basado en sus escritos de los años noventa sobre la modernidad y la posmodernidad. En este texto, dividimos nuestra reflexión en dos momentos. En el primero, se criticará el artículo Filosofía, geografía y crisis de la modernidad, publicado por la revista Terra Livre, en 1990, por Haesbaert habiendo introducido en profundidad su comprensión sobre materia/materialidad/materialismo. En un segundo paso, se hará una crítica a la combinación de materialidad e inmaterialidad, realizada por Haesbaert en el transcurso de la producción de su pensamiento hasta el momento presente. Y, finalmente, se extraerán exhortaciones de la crítica de Haesbaert al materialismo dialéctico y al marxismo.

Palabras clave: historia del pensamiento geográfico; epistemología; ontología; materialismo.

INTRODUÇÃO

No final da década de 1980 e início da década de 1990, a atmosfera anticomunista e antimarxista da ascendente quadra neoliberal obscureceu e confundiu o exame público dos problemas reais e forneceu excelente cobertura para que as lutas necessárias de enfrentamento se fragmentassem em dezenas (ou incontáveis) discussões que não se pretendeu construir uma plataforma unitária, tornando muito difícil mobilizar uma oposição de esquerda. Com o fim da União Soviética, até mesmo entre marxistas o tom de derrotismo e de descrédito numa transformação social igualitária levou a um desapego pela mobilização social e pelo estudo crítico despojado de um projeto político radical.

Desde a década de 1960 na Europa e Estados Unidos, principalmente (com o marco no maio de 1968 na França), e desde o período de “redemocratização” da política no Brasil (até os dias atuais), a disputa nas “fileiras” da esquerda dividiram aqueles que, negando a luta de classes (entendida como cerceamento de grupos minoritários não “enquadrados” como “classe trabalhadora”) e a totalidade (entendida enquanto total, totalitarismo, subtração do indivíduo),

defendiam políticas setorializadas, muitas vezes neutralizadas, além de projetos individuais e imobilizadores, com aqueles que reconhecendo o recrudescimento da luta de classes, defendiam grandes projetos políticos sociais, mas muitas vezes limitando ou tangenciando as lutas seccionais, sendo que tendiam à mobilização sindical e popular.

Nesse intervalo, James Petra (1996) ressaltava dez principais argumentos que são usualmente encontrados no discurso de propositores intelectuais do chamado “pós-marxismo” (muitos ex-marxistas) que tem como intuito a crítica ao materialismo dialético:

- 1) O socialismo foi um fiasco e todas as “teorias gerais” das sociedades estão condenadas a repetir este processo. As ideologias são falsas (exceto o pós-marxismo!) porque elas refletem um mundo de pensamento dominado por um sistema cultural particular, de gênero/raça.
- 2) A ênfase marxista sobre as classes sociais é “reducionista” porque as classes estão se dissolvendo; os princípios políticos pontos de partida são culturais e enraizados em identidades diversas (raça, gênero, etnia, preferência sexual).
- 3) O Estado é o inimigo da democracia e da liberdade, um corrupto e ineficiente distribuidor de bem estar social. Por sua vez, a “sociedade civil” é a protagonista da democracia e dos melhoramentos sociais.
- 4) O planejamento central leva à burocracia e é um produto dela que atrapalha a livre troca de mercadorias entre produtores. Feiras e mercado trocam, talvez com regulamentações limitadas, levando-se em conta maior consumo e distribuição mais eficiente.
- 5) A tradicional luta da esquerda pelo poder de Estado é corruptora e leva a regimes autoritários que, então, subordinam a sociedade civil ao seu controle. As lutas locais sobre questões locais por organizações locais são o único meio democrático de mudança, a par de petições e pressões sobre autoridades nacionais e internacionais.
- 6) As revoluções sempre terminam muito mal ou são impossíveis: as transformações sociais ameaçam provocar reações autoritárias. A alternativa é lutar por uma transição democrática consolidada, para salvaguardar os processos eleitorais.
- 7) A solidariedade de classe é parte das ideologias passadas, que refletem políticas e realidades primitivas. As classes não existem mais. Existem “locais” fragmentados nos quais grupos específicos (identidades) e localidades se engajam em relações recíprocas de autoajuda pela sobrevivência” baseada na cooperação com apoiadores externos. A solidariedade é um fenômeno extraclasse, é um gesto humanitário.
- 8) As lutas e confrontações de classes não produzem resultados tangíveis; e provocam fracassos e falhas na solução de problemas imediatos. Governo e cooperação internacional em torno de projetos específicos resultam em incremento na produção e no desenvolvimento.
- 9) O antiimperialismo é outra expressão do passado que tem sobrevivido ao seu tempo. Na atual economia globalizada não há possibilidade de confronto entre centros econômicos. O mundo é crescentemente interdependente e, neste mundo, há uma necessidade de maior cooperação internacional na transferência de capital, tecnologia e know-how dos países “ricos” para os “pobres”.
- 10) Os líderes das organizações populares não devem ser orientados exclusivamente para organizar os pobres e partilhar suas condições. A mobilização interna deve estar baseada em fundos externos. Os profissionais devem elaborar programas e assegurar fundos externos para organizar os grupos locais. Sem ajuda externa, os grupos locais e as carreiras profissionais soçobriariam (PETRA, 1996, p. 2-3).

Nessa orientação, geógrafos “pós-marxistas” como Carlos Walter Porto-Gonçalves, Marcelo Lopes de Souza e Rogério Haesbaert, por exemplo, de forma furtiva distanciaram a questão espacial fora das análises no quadro de referência de classe e imergiram na análise da identidade como conceito chave. Dentre estes geógrafos, Rogério Haesbaert terá um destaque no alcance de seus estudos como fundamentação teórica para centenas de outros trabalhos que tratam sobre problemas regionais e territoriais. Além disso, no período de respiro do movimento de renovação da Geografia no Brasil sob nome de “Geografia Crítica”, Rogério Haesbaert foi um dos principais críticos à Geografia Crítica, principalmente quando esta esteve sob o aporte radical do materialismo dialético.

Assim, temos como propósito central realizar uma descrição e crítica dos componentes (epistemológicos/ontológicos) que sustentam as defesas de Haesbaert no que tange o entendimento sobre matéria ([existência d]o real), materialidade (qualidade/caráter/estado/situação da matéria) e materialismo (método de análise/pensamento/pesquisa do real), tendo como pesquisa e fundamentação seus escritos da década de 1990 sobre modernidade e pós-modernidade. Neste texto, dividimos nossa reflexão em dois momentos. No primeiro, será feita uma crítica ao artigo *Filosofia, geografia e crise da modernidade*, publicado pela revista *Terra Livre*, no ano de 1990, por Haesbaert ter introduzido com profundidade seu entendimento no tocante à matéria/materialidade/materialismo. Num segundo momento, será realizada uma crítica à conjugação de materialidade e imaterialidade, feita por Haesbaert no percurso de produção do seu conhecimento. E, por fim, serão extraídas exortações da crítica feita por Haesbaert ao materialismo dialético e ao marxismo.

FILOSOFIA, GEOGRAFIA E CRISE DA MODERNIDADE

Mesmo já vindo debatendo e tendo escrito anteriormente outros textos contendo críticas às dicotomias criadas com as duas categorias (matéria e ideia), no ano de 1990 Haesbaert apresenta fundamentos mais refinados, em seu estudo sobre *Filosofia, geografia e crise da modernidade*. Seu artigo foi originalmente publicado pela revista *Terra Livre* (n. 7) e, no ano de 2002, tornou-se a ser publicado no livro *Territórios Alternativos*. Assim como se apresenta neste artigo, ressalta-se que um dos temas centrais nos estudos haesbaertianos é a relação que há entre o “espírito” e a “matéria”, entre a consciência, o “eu” subjetivo, e a matéria, o “ser” objetivo.

Para Haesbaert, essa relação “resume uma questão elementar da filosofia, e que tradicionalmente delineia duas grandes e muito gerais correntes de entendimento do real: o materialismo e o idealismo - na verdade dois ‘núcleos’, como veremos, não mutuamente excludentes” (HAESBAERT, 1990, p. 65).

O esforço (e o retorno) pela divulgação desse texto foi marcado por duas circunstâncias manifestadas por Haesbaert na época, na virada das décadas de 1980 e 1990. A primeira foi a crise criada pelo distanciamento da Geografia em relação às bases filosóficas norteadoras da sua própria produção do pensamento. A segunda circunstância foi que, com o desenvolvimento da Geografia Crítica, movimento que emergiu com aproximação ao pensamento materialista dialético, passou-se a exigir um conteúdo filosófico na Geografia, vindo junto a crítica às suas próprias bases “materialista” e “dialética”, como as feitas por Vesentini (1984), Souza (1988), e, pelo próprio Haesbaert (1987), indicando assim “uma nova ‘crise’ no pensamento geográfico dominante, reflexo, por sua vez, da atual ‘crise da modernidade’” (HAESBAERT, 1990, p. 63).

Nesse texto Haesbaert tenta enfrentar duas questões fundamentais: uma ontológica e outra epistemológica. A primeira questão, ontológica, “por tratar a natureza do ser, em que o homem indaga sobre os elementos constituintes da ordem do mundo, em que a busca de respostas o conduz a estabelecer uma relação que se refere à distinção entre ‘espírito’ (ideia, consciência) e ‘natureza’ (matéria, ‘objeto’)” (HAESBAERT, 1990, p. 64). A segunda questão, epistemológica, “por trás da problemática do conhecimento, ou seja, até onde a razão pode chegar ao entendimento da realidade e quais são os métodos possíveis para atingir o conhecimento” (HAESBAERT, 1990, p. 64). Essa questão epistemológica “só irá adquirir um papel central na ordem do chamado mundo moderno, quando a razão ‘científica’ segmenta o real em dois núcleos muito distintos: o ‘sujeito’ e o ‘objeto’ de conhecimento” (HAESBAERT, 1990, p. 64).

Para a explicação de ambas questões, Haesbaert situa que se admitir a preponderância de um sobre o outro, se conduz a pergunta sobre o que seria primário: “a consciência” ou “o ser”, “o homem” ou “a natureza”, “a ideia” ou “a matéria”. Nesse entendimento, ele vai afirmar que o materialista responderia que a natureza, a matéria, iria se sobrepor ao “espírito”, porque a ideia decorreria do desenvolvimento da matéria. “Não que a realidade obrigatoriamente se restrinja à sua dimensão material, ‘objetiva’ (como aquilo que é externo à consciência), mas no sentido de que a matéria pré-existe, dá origem e de certo modo determina a consciência humana” (HAESBAERT, 1990, p. 65). Num sentido que, para Haesbaert, seria “igualmente muito geral

e simplificado”, o idealista responderia essa questão priorizando a ideia e o homem, em detrimento da matéria e natureza. “A natureza, o mundo material, seria então uma decorrência, um produto do mundo ‘ideal’ no sentido de mundo das ideias, da consciência - seja ela a própria consciência humana, seja ela uma ‘ideia absoluta’ ou um Deus” (HAESBAERT, 1990, p. 65).

Apesar de parecer-se fechado ao aprofundamento teórico de ambas perspectivas ontológicas, Haesbaert (1990, p. 72) ressalta que dentro de tais abordagens (materialismo e idealismo), existem diferentes “convenções” e distintos “caminhos/relações” a partir dos dois conceitos iniciais: como o materialismo “mecanicista” e o materialismo dialético (onde a realidade existe objetivamente, materialmente, fora da consciência. Para o mecanicista se reduz a ela mesma, para o dialético admite a dimensão ideal enquanto determinada pela dimensão material), o idealismo objetivo (a realidade é objetiva, existe fora da consciência, mas é determinada pela consciência), e, o idealismo subjetivo (a realidade só existe na consciência humana).

Assim igualmente, Haesbaert (1990, p. 72) também evidencia que no caráter epistemológico, na busca pela respostas do que é fundamental no processo de conhecimento da realidade (o sensitivo, a experiência, ou, a reflexão, o racional), mesmo que também numa leitura tradicional e dicotomizadora (seja no empirismo x racionalismo, seja na subjetividade x objetividade), poderia levar diferentes “caminhos/relações” para a produção do conhecimento: como no racionalismo (objetivo em essência, só sendo possível entender a realidade na ótica “totalizante”, por teorias e leis), no empirismo objetivo (o conhecimento da realidade a partir da experiência, dada por uma leitura única, comum, mas particularizante, sem a possibilidade de atingir teorias gerais), e, no empirismo subjetivo (o conhecimento também a partir da experiência, priorizando o singular mas só sendo possível uma leitura subjetiva, múltipla, da realidade).

Mesmo reconhecendo as limitações dos moldes positivistas de seus esquemas (e quadros de apresentação) das questões anteriormente citadas, mas as tendo como base, Haesbaert (1990) apresenta a necessidade, para ele possível e relevante, de identificar (mesmo com ressalvas) a posição filosófica de uma obra geográfica, bem como as limitações que tal posição filosófica provoca diante à apreensão da “complexidade do real”. Vale destacar que em um segundo momento, não muito depois de ter afirmado sua ponderação anterior, ele provoca o debate de que ao identificar a posição filosófica de uma obra ou um autor, não podemos incorrer

em “generalizações equivocadas”, correndo o risco de “pré-conceitualizando-a, ignorar radicalmente, de antemão, seu papel histórico-social e a própria riqueza (no sentido de complexidade e diferenciação) que seu pensamento possa ter” (HAESBAERT, 1990, p. 73).

Essa controvérsia, dada entre, de um lado, a importância de identificar a posição filosófica (e política, pode-se incluir) em conjunto com a apresentação das limitações de uma determinada obra geográfica ou de seu autor, e, do outro lado, o risco de “enquadramentos” e “estereótipos”, produzindo “generalizações injustificáveis”, mais do que qualquer outro apontamento, na verdade quis dar envergadura e fundamento à crítica feita ao materialismo dialético e às teorias marxistas na Geografia. Se de um lado, o referido autor, tem a possibilidade de identificar a concepção materialista dialética nos estudos geográficos, em especial na Geografia Crítica, “bem como as limitações que tal posição implica frente à apreensão da complexidade do real” (HAESBAERT, 1990, p. 72), por outro lado, Haesbaert julgava que o marxismo, com sua “ortodoxia” materialista, acabava suprimindo ou ignorando as diferenças, enquadrando como “mera abstração” qualquer percepção subjetiva do espaço, ainda previa “resolver todas as contradições, projeto de tantos dialéticos, [e que] incluía assim a supressão das diferenças e, conseqüentemente, da própria mudança, do novo enquanto produto da contraposição de diferença, inerentes à ‘natureza’ humana” (HAESBAERT, 1990, p. 76-77).

Esse “dogmatismo de esquerda”, ainda hoje presente em alguns pesquisadores que se dizem “dialéticos” (e a todo momento enfatizam essa condição), foi praticamente tão empobrecedor quanto os dogmatismos ditos “de direita”. Eles (materialistas dialéticos e marxistas) excluem o debate transformador e a emergência do novo ao elegerem previamente sua “linha” como a vencedora. A discussão é estimulada com o único intuito de impor ou, quando muito, de expor (e nunca trocar/somar) um ponto de vista - a “conclusão”, aí, já está pré-delineada, pois nada se tem a ceder ou a partilhar. Alimenta-se assim a contestação pela contestação, pelo simples prazer de ver, ao final, “intacto”, o seu próprio discurso. Trata-se ainda da política do “tudo ou nada” - se a “linha” do outro não é a nossa, nada se pode fazer. Desmascarados seus “princípios” (sempre muito claros como se o mundo todo estivesse mecanicamente dividido entre marxistas e “idealistas”, esquerda e direita), o debate se anula, pois nada temos a ceder, ou a contribuir. A mudança só se dá a partir do “todo”, nunca pelas partes (ou concomitantemente). A transformação, a crítica permanente, na verdade é estancada, pois só há uma forma de mudança: a “Revolução” (pelo alto), e um único meio de ser “militante”: o Partido. Ou seja, não se está aberto à superação de convicção, muito menos a um outro caminho para a história, feita pelo/no próprio movimento da sociedade (HAESBAERT, 1990, p. 72).

Essa forte crítica ao materialismo dialético e aos marxistas (para ele, a sua maioria dogmáticos) que produziam pensamento geográfico crítico até então, também coadunava com

a crítica à dicotomia entre o racionalismo que teria fundamentado a “modernidade”, e ao chamado “irracionalismo pós-moderno”. Faz-se saber que, corroborando com o pensamento de Sérgio Paulo Rouanet (1987), para Haesbaert essa dicotomia criada (principalmente, pelos próprios pós-modernos) entre racionalistas (modernos) e irracionais (pós-modernos) era tão prejudicial, quanto as imposições totalizantes dos marxistas em querer encaixilhar toda multiplicidade de pensamentos em duas únicas vertentes, numa disputa de um jogo de só dois jogadores. De um lado: objetividade, controle, repressão, movimentos partidários, classes sociais, racionalidade, teoria. Do outro lado: subjetividade, jogo, liberdade, movimentos sociais/setoriais, grupos identitários, sensibilidade, experiência.

Para Haesbaert, se de um lado há aqueles que irão defender “a modernidade como o conjunto de pensamentos/ações ordenativos, domínio irrestrito da racionalidade disciplinadora e, conseqüentemente, veem a pós-modernidade como o ‘fazer/devir’ social, abertura intuitiva para o novo, ruptura com a modernidade racionalista” (HAESBAERT, 1990, p. 82). Há também aqueles que virão a modernidade “essencialmente crítica (convivendo permanentemente com a ‘crise’), mutável, instauradora de uma ordem, mas ao mesmo tempo aberta para o novo, o indeterminado, inserindo aí as próprias posições ditas ‘pós-modernas’ (...) como reveladoras de um novo período de crise e reavaliação” (HAESBAERT, 1990, p. 82). Assim ele vai se posicionar diante tal dicotomia, afirmando que: “pessoalmente, concordo com aqueles que incluem o ‘pós’-moderno na multiplicidade do ‘moderno’” (HAESBAERT, 1990, p. 83). Afirmação esta, apoiada no que, para Rouanet (1987), seria o “neo”-moderno.

Nem totalmente “negativa” (como querem os pós-modernos) ou fundamentalmente “positiva” (como propõe M. Berman), nem tão milimetricamente disciplinadora (como indica Foucault) ou tão “iluminada” pela razão a ponto de ser esta o único veículo da crítica e da transformação (como o quer Rouanet), as bases da modernidade parecem suficientemente ricas (complexas) para permanecerem no centro de nossas polêmicas ainda por muito tempo - o que atesta, ao nosso ver, seu caráter inerentemente conflitivo e ambíguo, oculto sob os véus de uma racionalidade (im)positiva, geralmente incapaz de aceitar uma dimensão enigmática no homem (HAESBAERT, 1990, p. 83).

Para Haesbaert, as bases da modernidade deveriam ser entendidas como múltipla, plural, dinâmica, imprevisível. Assim também a Geografia: sem rótulos, livre de dogmas, não se restringindo às “determinações da razão”, assumindo assim um projeto “profundamente renovador, que nunca se pretenda completo, acabado, que respeite a diversidade e assimile, ao lado da igualdade e do ‘bom senso’, a convivência com o conflito e a consequente busca permanente

de novas alternativas para uma sociedade menos opressiva e condicionadora” (HAESBAERT, 1990, p. 84). Isto posto para que, assim, fossem identificadas a continuidade da crise na Geografia (e, que de acordo com Porto-Gonçalves, 1978, valeria uma interjeição de Viva!), mesmo com o advento da “chamada ‘Geografia Crítica’”. “A grande questão é que nem bem parimos o novo do materialismo histórico somos obrigados a enfrentar outro ‘novo’, agora muito menos ‘amarrado e seguro’, diante dos frutos ainda verdes da primeira safra” (HAESBAERT, 1990, p. 84).

Naquele momento (lembramos que falamos da transição de 1980 a 1990), a pesada crítica ao materialismo foi enfrentada em diferentes disciplinas científicas. Na Geografia, por exemplo, não foram somente os estudos de Haesbaert que realizaram críticas ao método, os próprios materialistas dialéticos, por exemplo, continuamente autoavaliavam suas defesas ontológicas e epistemológicas. Tiveram também os que, na crítica, abandonaram o método materialista dialético partindo para defesas de teorias humanistas e/ou pós-modernas. Houve os que, dando vazão aos críticos do marxismo, não observavam que determinadas defesas ditas marxistas não tinham base de sustentação em Marx e Engels, precursores do materialismo dialético. Mas também houve aqueles, que na avaliação e estudo criterioso da leitura marxiana, sob contínua autocrítica, confrontavam determinadas defesas (positivistas, humanistas, pós-modernas, e, até mesmo, materialistas) tendo por base a concepção dialética da produção do espaço.

Se identificarmos as críticas de Haesbaert à Geografia Crítica (ou melhor, ao marxismo presente na Geografia Crítica), naquele momento, as encontraremos também nos diferentes geógrafos que levantaram (ou ainda levantam) a bandeira para tal movimento, mas com muito mais precisão cirúrgica no enfrentamento dos problemas apresentados.

Por exemplo, para Haesbaert:

Sem dúvida, e isto a filosofia contemporânea parece nos indicar muito bem, o fundamento de nossas reflexões, o aprofundamento de nossa compreensão do mundo, de nossos conceitos jamais estará na restrita abstração dos debates acadêmicos (dos quais nos tornamos frequentemente fanáticos), mas tão-somente no estudo sério e ao mesmo tempo “apaixonado” (efetivamente engajado) da realidade vivida (HAESBAERT, 1990, p. 85).

Para Ana Fani Alessandri Carlos:

(...) uma parte significativa dos geógrafos, hoje no Brasil, se coloca diante do fato de que os instrumentos de análise, bem como as teorias de interpretação global da sociedade estão em crise, impondo a necessidade de uma reflexão profunda dessas mudanças e com isso aprofunda-se o debate sobre a interação necessária entre o mundo real e o mundo da pesquisa. Vive-se também momentos de grandes debates em torno das perspectivas teórico-metodológicas, em função das posturas diversas diante da ciência geográfica e dos modos de interpretação da realidade (CARLOS, 1993, p. 139).

Para Haesbaert:

Ao invés de nos preocuparmos mais com a espacialidade do social, onde pretendemos ter maior responsabilidade (originalidade e competência), acabamos avançando pouco na discussão sobre o “papel do espaço” (ou mesmo desacreditando-o), repelindo sob o simples “reflexo espacial” tudo o que já *foi* dito em outras áreas (e geralmente melhor) sobre a *sociedade* (HAESBAERT, 1990, p. 85, grifos do autor).

Para Horieste Gomes:

Cabe à História, como processo objetivo fundamentado em leis do desenvolvimento social, as quais são independentes da vontade e da consciência dos homens e, as quais se realizam sempre através da atividade humana, julgar os “compromissados geógrafos” pelas suas cotas de responsabilidade na pauperização política, econômica e social dos povos do Terceiro Mundo (GOMES, 1982, p. 56).

Para Haesbaert:

Certamente um caminho promissor para essa busca está na retomada, com novo ímpeto, dos trabalhos “concretos”, nem empíricos, nem teóricos, num sentido estrito, abertos para a indeterminação da história e por isso mesmo profundamente alicerçados na crítica. Uma crítica que não seja apenas um instrumento de denúncia, que tem sempre um tempo demarcado para efetivar-se, e por isso se esgota - como ocorreu com a “Geografia de denúncia” há alguns anos, mas que se alie às transformações, numa “práxis” que, no dizer do próprio Marx, só se torna válida na medida em que consegue intervir na realidade, na sua mudança (HAESBAERT, 1990, p. 88-89).

Para Arlete Moysés Rodrigues:

Esta é uma questão extremamente complexa. Professora e pesquisadora que sou, vejo meu dia-a-dia entremeado com a reflexão sobre o cotidiano e sobre a cidade. Busco compreender a realidade e, sem dúvida, não bastam apenas as leituras, é preciso participar e fazer pesquisas sobre a realidade. Tento refletir sobre o que acontece no cotidiano da cidade e participar de movimentos reivindicatórios, levando-lhes pelo menos minha solidariedade e os conhecimentos adquiridos em estudos. Se compreendo as causas da espoliação da classe trabalhadora, penso que é necessário participar para esclarecer um maior número de pessoas (RODRIGUES, 1991 [1988], p. 10).

Se, para Haesbaert:

(...) A nova ética, a nova política e o novo espaço que almejamos absolutamente não estão dados, mas começam sem dúvida a ser gerados e, embrionariamente aparecem, aqui e ali, nas próprias alternativas de organização social e de ordenação do território (captar e estimular essas alternativas é preciso) (HAESBAERT, 1990, p. 89-90).

Para Ana Fani Alessandri Carlos e Sandra Lencioni:

Na produção do espaço geográfico não se dá necessariamente a destruição formal do que existe nem uma total transformação. O velho e o novo podem coexistir e o trabalho passado cristalizado na paisagem assume nova função apesar de conservar antigas formas. O espaço se produz também redefinindo funções antigas, sem necessariamente mudar suas formas, mas decididamente alterando-lhes o conteúdo (CARLOS; LENCIONI, 1982, p. 4-5 *apud* SILVA, 1984, p. 85).

Por fim, se na crítica ao marxismo, para Haesbaert: “A vida-realidade é bem mais complexa do que a objetividade da filosofia ‘materialista’ nos faz crer” (HAESBAERT, 1990, p. 89). Para Armando Corrêa da Silva:

A atual situação de democracia, conseguida entre os geógrafos a partir do ano de 1978 (como se viu antes), deve ser preservada e ampliada, tendo como parâmetro principal o respeito ao direito de expressão do pensamento, sem que isto signifique conciliação com o erro.

A questão política externa [à geografia] (e ambas se permeiam atualmente[, questões internas e externas]) depende, para sua solução, da identificação precisa do papel do geógrafo na sociedade. Isto é, seu discurso (e seu trabalho) precisa ser ouvido e respeitado.

A atual situação de democracia do país, conseguida pelo povo brasileiro recentemente, tendo como contrapartida a abertura propiciada pelo Governo Federal, contou com a participação de inúmeros geógrafos. É preciso ampliar e aprofundar essa participação, no caminho da unidade de todos os segmentos de intelectuais e dos geógrafos como cidadãos, na perspectiva da solução dos problemas gerais e particulares do país.

A Geografia não tem porque continuar a ser um “pequeno mundo” no qual vivem apenas professores, geógrafos profissionais e estudantes, olhando circunspectos e orgulhosos o seu próprio umbigo (SILVA, 1984, p. 134).

Não há como negar que muitos foram os que utilizaram da moda no marxismo para produzir a Geografia. Ser “crítico”, ser “materialista” (dialético), ser “radical”, muitas vezes foi sinônimo de utilizar categorias e conceitos marxistas na Geografia¹, como totalidade, matéria,

¹ Vide, por exemplo, o texto de Milton Santos, 1974, com o título *Geografia, marxismo e subdesenvolvimento*.
Lavor; Santos, 2021

trabalho, classe trabalhadora, entre outros, sem criticidade real, e muitas vezes amparados numa lógica positivista. Muitos ainda amarrados aos esquemas lineares dos manuais de formação política e de introdução ao marxismo. Ao invés de apreender o método filosófico de Marx no próprio movimento de pensamento e escrita de Marx, compreender a dialética de forma reflexiva e processual, havia a necessidade de captar leis e normas, enquadrar categorias e encapsular a história.

O que estava “em jogo” com Haesbaert (e outros estudiosos pós-modernos e/ou liberais), afinal, não era realizar a crítica a problemas concretos com o marxismo (na Geografia daquele momento). Mas sim, essencialmente, reforçar o seu caráter anti-materialista dialético (vindo em conjunto a anti-luta de classes, anti-projeto político, anti-teoria etc.). Na sua defesa estava o(s) indivíduo(s), junto com a(s) sua(s) experiência(s) no espaço, com o(s) seu(s) pensamento(s) do que poderia vir a ser a realidade. O cerne da sua defesa esteve (e ainda está) no plural; na pluralidade das ideias, dos projetos, dos pensamentos, dos significados. No seu pensamento e na sua defesa há espaço “para todos”. Cada um com sua(s) verdade(s) baseada(s) em suas vivências e narrativas. Para Haesbaert, restringir a harmonia da “unidade/multiplicidade do mundo”, dos diferentes “grupos/classes sociais” na tentativa de “conquistar seu espaço, seus ‘territórios’”, totaliza e rejeita qualquer tipo de mudança. Afinal, “talvez a única luta plausível, hoje, esteja no plural” (HAESBAERT, 1990, p. 90).

A crítica aos estudos marxistas de Geografia foi (e continua sendo) necessária para o seu desenvolvimento científico. No prefácio da décima quarta edição do livro *Geografia: pequena história crítica*, por exemplo, Antonio Carlos Robert Moraes realiza uma crítica ao marxismo que na época tentava renovar o pensamento da Geografia contra o quantitativismo teórico. Nele Moraes (1995) engaja-se no apontamento a desvios dogmáticos e contrários à própria concepção materialista dialética.

“Mocinhos” e “bandidos” estão por demais contrapostos e estereotipados num estilo simplista que não dá conta da complexidade do processo. A associação mecânica entre posicionamento político e postura teórica não resiste a uma análise do período subsequente, que conhece um grande fracionamento da frente agrupada sob o rótulo “geografia crítica”. Causa-me espanto, hoje (1995), a total desconsideração do pluralismo como valor democrático (vide Haesbaert et. al.) no bojo da argumentação apresentada, posto que lutávamos, então, basicamente pela democracia. (...)

(...) os últimos quinze anos foram de duro e rico aprendizado para o pensamento de esquerda, notadamente para aquele que se aloca no campo marxista. A deterioração ou colapso das experiências concretas do “socialismo real” principalmente, por um lado questionaram posturas e teorias tida como inatacáveis, por outro trouxeram ao

centro da reflexão autores e teses antes “marginais” no pensamento da esquerda (MORAES, 1995, p. 25).

Uma das críticas feita por Moraes aos marxistas foi que estes supervalorizaram as “demandas igualitaristas históricas de base econômica” até um certo tempo, mas que posteriormente começaram a agregar “uma série de reivindicações claramente políticas (cujo mal entendimento está na base da crise do socialismo real)” (MORAES, 1995, p. 26). Para Moraes (1995), pode-se inclusive creditar que uma das causas de fracionamento interno da Geografia Crítica “brasileira” tenha sido ao maior ou menor apreço por tais questionamentos reivindicativos.

Sob outro patamar crítico (e epistêmico), Petra (1996) afirma, com as devidas ressalvas, que “os marxistas nunca negaram a importância das divisões de gênero, de raça e de etnia no interior das classes”, no esforço de estudar pautas setoriais interseccionada com a luta de classes, por exemplo. “O que eles têm enfatizado, entretanto, é o sistema social mais amplo que gera estas diferenças e a necessidade de reunir as forças de classes para eliminar todas essas desigualdades, em todos os pontos” (PETRA, 1996, p. 6). De acordo com Petra, o que os marxistas se opõem “é à ideia de que desigualdades de gênero ou raça[, por exemplo,] possam e devam ser analisadas e solucionadas fora do quadro de referência de classe” (1996, p. 6).

É válido destacar que, trinta anos depois da publicação do referido artigo de Haesbaert, parece que o cerne da questão levantada ainda continua com suas brasas acesas. É como se a ideia (de um “fantasma”) das teorias marxistas/“totalitárias” estivesse rondando com seus dogmas/doutrinas pelos plurais/“democráticos” corredores dos departamentos acadêmicos de geografia nas universidades do país. Após a chamada redemocratização, ainda falar em “luta de classes” na Geografia tornou-se clichê. O capital, as classes sociais e o Estado, meras abstrações de quem ainda quer resgatar o dogmatismo e a totalização. Aqueles que utilizavam jargões marxistas para marxologia de seus escritos, agora mudaram seus vícios de linguagem com outros jargões. Como nos lembra Ana Fani A. Carlos, “a vulgarização da obra de Marx impediu a construção de um caminho em direção à superação no âmbito dos grupos que fundamentavam sua pesquisa no materialismo” (CARLOS, 2002, p. 166). E isso nos aponta que “na direção oposta ao abandono do marxismo por uma parte dos antigos marxistas há, também, um conjunto grande de trabalhos que se propuseram a fazer uma crítica do marxismo por dentro; isto é, a leitura crítica do legado de Marx” (CARLOS, 2002, p. 167). E, como elemento de salto em nossa ciência, mais uma vez apresentamos as palavras de Carlos (2002):

mais do que nunca é mister a construção de uma Geografia Crítica como horizonte para a pesquisa. À Geografia, está posto o desafio da produção de um conhecimento que dê conta da construção de uma teoria da prática socioespacial enquanto produção e condição para a vida revelando nossa condição no mundo (CARLOS, 2002, p. 177).

CONJUGANDO MATERIALIDADE E IMATERIALIDADE

“Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica (...)” (HAESBAERT, 2014c, p. 57, grifo nosso).

“Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional poder político. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação” (HAESBAERT, 2014c, p. 57, grifo nosso).

“(...) enquanto ‘espaço-tempo vivido’, o território é sempre múltiplo, ‘diverso e complexo’, ao contrário do território ‘unifuncional’ proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica, especialmente através da figura do Estado territorial moderno” (HAESBAERT, 2014c, p. 57-58, grifo nosso).

“(...) o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações, que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos (...)” (HAESBAERT, 2014c, p. 59, grifo nosso).

“Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de ‘funções’ quanto na produção de ‘significados’” (HAESBAERT, 2014c, p. 60, grifo nosso).

“Para muitos ‘hegemonizados’ ou, como preferimos, subalternizados, o território adquire muitas vezes tamanha força que combina com igual intensidade funcionalidade e identidade (...)” (HAESBAERT, 2014c, p. 60-61, grifo nosso).

Embora a princípio pareça caber ao geógrafo manter sempre “os pés no chão” e enfatizar a dimensão material do território, a realidade contemporânea, dominada pelo mundo das imagens e das representações, acabou incorporando com certa ênfase no próprio âmbito das proposições geográficas uma visão “mais idealista” de território (HAESBAERT, 2014c, p. 62, grifo nosso).

A territorialidade, no nosso ponto de vista, não é apenas “algo abstrato”, num sentido que muitas vezes se reduz ao caráter de abstração analítica, epistemológica. Ela é também uma dimensão imaterial, no sentido ontológico de que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado – como no conhecido exemplo da “Terra Prometida” dos judeus, territorialidade que os acompanhou e impulsionou através dos tempos, ainda que não houvesse, concretamente, uma construção territorial correspondente (HAESBAERT, 2014c, p. 64, grifo nosso).

Realizando uma revisão teórica sobre as diversas formas com que a concepção de territorialidade foi – ou continua sendo – proposta, podemos sintetizar através do seguinte elenco de posições:

- 1) Territorialidade num enfoque mais epistemológico: “abstração”, condição genérica (teórica) para a existência do território (dependendo, assim, do conceito de território proposto).
- 2) Territorialidade num sentido mais efetivo, seja ele material ou imaterial:
 - a. Como materialidade (p. ex.: controle físico do acesso através do espaço material, como indica Robert Sack)
 - b. Como imaterialidade (p. ex.: controle simbólico, através de uma identidade territorial ou “comunidade territorial imaginada”)
 - c. Como “espaço vivido” (frente aos espaços – nesse caso, territórios, formais-institucionais), conjugando materialidade e imaterialidade (HAESBAERT, 2014c, p. 64-65).

As citações acima foram extraídas do texto *Território e multiterritorialidade em questão*, publicado no livro *Viver no limite...* e teve como base o artigo *Território e multiterritorialidade: um debate*, publicado originalmente na revista *GEOgraphia*, no ano de 2007 (uma primeira versão desse artigo já tinha sido apresentada no I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades, em 2004). Elas apresentam a compreensão de Haesbaert no que tange aos conceitos território e territorialidade. Em toda sua argumentação Haesbaert (re)afirma que sua “[i-]lógica” apresenta uma leitura “mais ampla”, “genérica”, “não dualista”, que se “desdobram pelo menos dois grandes ‘paradigmas’ de abordagem das questões territoriais, um que podemos chamar de hegemônico, capitaneado sobretudo pelas grandes empresas (...), e outro, contra-hegemônico, liderado sobretudo, (...), pelos grupos subalternos” (HAESBAERT, 2014c, p. 53).

Para Haesbaert (2014c), o primeiro paradigma “vê” o espaço como mera superfície/área a ser explorada. Numa “visão” absoluta, homogeneizante, hegemônica e universal do espaço, o território é tido como instrumento de dominação/recurso funcional ao modelo econômico “extrativo-agro-exportador”. Já o segundo paradigma, “territorial contra-hegemônico”, “vê” o território, “antes de tudo”, como um espaço vivido, densificado pelas múltiplas relações

sociais e culturais, em que os homens não são somente sujeitos que “sujeitam” seu meio, mas são “inter-agentes” que compõem seu meio e cujo “bem viver” depende dessa interação.

Assim, Haesbaert interpreta que o conceito território pode ser estudado como categoria, a ser diferenciada pelos usos de distintos “sujeitos” que estão envolvidos na questão. Os “intelectuais” conceituam como “categoria de análise”, os “subalternos” o verão como uma “categoria da prática”, e, os “gestores” (empresas) e “ordenadores” (Estado) o aplicarão como “categoria normativa”. Assim, Haesbaert (2014c) apresenta sua tese que vem sendo produzida e reiterada há mais de três décadas: ao lado da existência de múltiplos (tipos de) territórios, há a experiência cada vez mais intensa daquilo que (o) denomina-se de multiterritorialidade.

“Múltiplos territórios” como variedade de tipos e níveis de controle, dominação e apropriação de áreas (no dizer de Robert Sack) e de redes (no dizer do próprio Haesbaert), através das diversas territorializações, desterritorializações e reterritorializações. A “vivência” da “multiterritorialidade” como a interação e integração desses múltiplos territórios, “não apenas quantitativa (...), mas qualitativa, na medida que temos hoje a possibilidade de combinar de uma forma inédita a intervenção e, de certa forma, a vivência, concomitantemente, de uma enorme gama de diferentes territórios e/ou territorialidades” (HAESBAERT, 2014c, p. 79). Assim a multiterritorialidade passa a ser uma

alternativa conceitual dentro de um processo considerado por muitos, genericamente, como marcado pela ‘desterritorialização’. Muito mais do que perdendo ou destruindo nossos territórios, ou melhor, nossos processos de territorialização (para enfatizar a ação, a dinâmica), estamos na maior parte das vezes, especialmente no caso dos grupos hegemônicos, vivenciando a intensificação e complexificação de um processo de reterritorialização muito mais múltiplo, *multiterritorial* (HAESBAERT, 2014c, p. 85, grifo do autor).

Essa multiterritorialidade estaria, assim como destacadas nas exaustivas citações acima (no início desse item), envolvida em “jogos mais concretos, materiais-funcionais, e jogos mais simbólicos de poder” (HAESBAERT, 2014c, p. 76). E tem sido nessa concepção que Haesbaert engloba o conceito de território, onde manifesta num sentido multiescalar e multidimensional que só tem como ser “apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, tanto na perspectiva da convivência de múltiplos (tipos) de território quanto da construção efetiva da multiterritorialidade” (2014c, p. 86). Durante toda sua construção de pensamento para uma “abordagem relacional”, sua base de sustentação conceitual, assim, esteve na “integração” da

matéria com a imatéria ou sua representação ideal, assim como identificamos no seu texto publicado em 2014. Mas essa forma de argumentação/abordagem não é marcada do que vemos somente na história presente de seu pensamento, mas sim uma construção que vem sendo aliçada desde a década de 1980.

O *Espaço na modernidade*, vale destacar, foi um dos primeiros artigos de grande alcance escrito por Haesbaert e publicado no Brasil, reunindo estudos da Geografia com a Filosofia (tendo Paulo César da Costa Gomes como co-autor). Este texto foi originalmente publicado na revista *Terra Livre*, no ano de 1988, onde marca, de forma significativa, a aproximação das críticas haesbaertianas com os estudos de Michel Foucault e Félix Guattari. Neste artigo Haesbaert faz a leitura dos livros *Microfísica do poder* (Foucault, 1979) e *Micropolítica: cartografias do desejo* (Guattari e Rolnik, 1986). Mas não só isso, evidencia a aproximação de seus estudos com toda uma abordagem pós-estruturalista de crítica ao materialismo dialético. Vale lembrar que na década de 1980, poucos eram os pesquisadores da Geografia que liam as obras em francês de pós-estruturalistas e conseguiam traduzir tais ideias pós-estruturalistas na Geografia produzida no Brasil. Digamos que, dentre os nossos, Haesbaert foi um dos primeiros fomentadores de tal abordagem de pensamento na Geografia. Era o “novo” dentro do que seria a proposta da “renovação da Geografia”. Neste texto Haesbaert reforça que a

constatação de que a espacialidade (social) compreende ao mesmo tempo uma dimensão concreta, geralmente vinculada ao seu caráter produtivo e disciplinar, e uma dimensão simbólica que, em diferentes intensidades, convivem num mesmo todo, levamos à conclusão de que é impossível apreender a complexidade do processo de territorialização da sociedade sem procurarmos conhecer esta múltipla interação. Pois o espaço nunca é transformado a partir de uma intenção perfeitamente determinável e direcionada a uma “função” estanque. Assim, quando analisamos o “espaço econômico” ou o “espaço político” na verdade estamos tratando de faces de um mesmo e indissociável fenômeno, que do mesmo modo que corresponde à materialização objetiva de uma “produção” ou de um “poder”, envolve também, e simultaneamente, leituras simbólicas suficientemente abertas para incluir a possibilidade permanente de criação de novos significados (HAESBAERT; GOMES, 1988, p. 55-56, grifo nosso).

Dois anos mais tarde, Haesbaert reforça que

(...) não significa que a vida, o mundo da “prática” e da “criação” se restrinja à materialização de novos objetos, externos ao “sujeito”, pois este também é dotado do poder de criar, na esfera do simbólico, dimensões da realidade vivida que não podem simplesmente ser reduzidas a um “idealismo das aparências”, muito menos a um reflexo das condições materiais (HAESBAERT, 1990, p. 90, grifo nosso).

Em 1997, Haesbaert publica na revista *Espaço e cultura*, o artigo *Território, poesia e identidade* (resultado de um trabalho apresentado em mesa-redonda no I Seminário Geografia e Arte, promovido pela AGB-Niterói, no ano de 1995), que vai relacionar, quando ele já defendia a aproximação entre teorias e pensamentos modernos e pós-modernos, relacionar a “razão” e a “sensibilidade”, o racional e o irracional, a ciência e a poesia, para ele, até o momento dicotomizados. Neste texto, ele novamente resgata que

Como a escolha de um símbolo não pode privar-se de toda a referência ao “real”, podemos associar essas reflexões ao nosso campo, a Geografia, e lembrar que muitos espaços expressam muito mais do que a manifestação concreta de seus prédios, estradas e montanhas. Neles há “espaços” ou, se preferirem, territórios (enquanto espaços concreta e/ou simbolicamente dominados/apropriados) de um caráter particular, especial, cuja significação extrapola em muito seus limites físicos e sua utilização material. É o que autores como Poche (1983) denominam “espaços de referência identitária”, sagrada, poética ou simplesmente folclórica, mas que, de qualquer forma, emana uma apropriação estética específica, capaz de fortalecer uma identidade coletiva que, neste caso, é também uma identidade territorial. Assim se formam ou se forjam identidades locais, regionais, nacionais etc. fortalecidas não apenas pelos territórios “de naturalidade”, em seu sentido concreto, mas também por territórios simbólicos, (...) (HAESBAERT, 1997b, p. 24-25, grifo nosso).

No mesmo ano de 1997, Haesbaert publica o artigo *Questões sobre a (Pós-)Modernidade*, publicado originalmente pela revista *GeoUERJ*, afirmando que “o mundo contemporâneo vive um enorme descompasso entre o que ocorre em sua dimensão concreta, material, e sua dimensão ou esfera cultural, no sentido mais amplo de ‘simbólico’” (HAESBAERT, 1997a, p. 13, grifo nosso). No livro *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*, tendo sua primeira edição publicada em 2002, serão vários apontamentos feitos nesta mesma defesa discursiva onde argumenta que

(...) seja em que sentido for, uma leitura integrada do espaço social é hoje relativamente pouco comum, como se pode depreender das próprias abordagens “unidimensionais” aqui comentadas. Fica evidente neste ponto a necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço como um híbrido – híbrido entre sociedade e natureza, entre política economia e cultura, e entre materialidade e “idealidade”, numa complexa interação tempo-espaço, como nos induzem a pensar geógrafos como Jean Gottman e Milton Santos, na indissociação entre movimento e (relativa) estabilidade –, recebem estes os nomes de fixos e fluxos, circulação e “iconografias”, ou o que melhor nos aprouver. Tendo como pano de fundo esta noção “híbrida” (e, portanto, múltipla, nunca indiferenciada) de espaço geográfico, o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (HAESBAERT, 2016b, p. 79, grifo nosso).

Em 2006, ao lado de Carlos Walter Porto-Gonçalves, Haesbaert publica o livro *A nova des-ordem mundial*, e volta a sua tese que, “como geógrafos, entendemos o território numa perspectiva social que integra tanto a sua dimensão concreta, político-econômica, mais tradicional, quanto a sua dimensão simbólica, cultural-identitária, ou, em termos lefebvrianos, tanto a dominação quanto a apropriação do espaço” (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 12, grifo nosso). Assim,

(...) Transitar pelo relativo hibridismo contemporâneo de alguns desses conceitos é um caminho muito interessante para perceber as perspectivas de uma abordagem integrad(or)a na Geografia, ou de uma abordagem que, ainda que privilegie o âmbito cultural – o que é muito importante, supere posições cultural-idealistas e ressalte o elo, indissociável, entre idealidade e materialidade (onde, até por uma condição historicamente reconhecida, a geografia sempre teve um olhar próprio a desdobrar). Esse parece ser o único caminho plausível para, ao mesmo tempo, dar conta da complexidade – e da hibridização – dos fenômenos contemporâneos e não perder a especificidade geográfica de nossas interpretações. Assim, o que propomos aqui como abordagem integradora envolve tanto uma interpretação, a nível epistemológico, que de algum modo integre múltiplas dimensões (cultural, econômica e política, por exemplo) quanto o reconhecimento do caráter híbrido ou múltiplo de muitos dos próprios fenômenos geográficos que efetivamente estamos abordando (HAESBAERT, 2008b, p. 398, grifo nosso).

No texto *Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial*, publicado em 2008, no livro (coletânea) *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*, organizado por Marcos Aurelio Saquet e Eliseu Savério Sposito, Haesbaert volta a referendar que

tomamos como referência nesse debate a ideia de um continuum de articulação territorial desde os territórios – ou, para sermos mais precisos, os processos de territorialização – com maior carga funcional (e “material”, poderíamos acrescentar) até aqueles com maior carga simbólica, sem perder nosso foco nas relações de poder. Considerando os dois extremos (que, se existissem, seria apenas enquanto “tipos ideais”), diríamos que não é possível conceber territórios puramente funcionais (já que sempre, por menos expressiva que seja, estará neles contida uma dimensão simbólica), nem territórios puramente simbólicos (neste caso, alguma referência a um espaço material, por alguns denominado espaço – ou território – “de referência identitária”, deverá estar presente) (HAESBAERT, 2008a, p. 106, grifo nosso).

No ano de 2010, Haesbaert publica o livro *Região-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*, e escreve no texto *Região numa “constelação” de conceitos: espaço, território e região* que

O “real”, como já destacamos, é também, sempre, uma construção, mas não apenas uma construção discursiva, mental, mergulhado que está dentro desse jogo indissociável entre os campos ideal e material, subjetivo e objetivo. Em sua complexidade, este real se apresenta como um conjunto ao mesmo tempo contraditório e ambivalente de processos sociais, de práticas materiais e imateriais, numa espécie de agenciamento, como diria Deleuze, entre corpos e enunciados, vida material e discursiva, sem que um tenha, a priori e obrigatoriamente, preponderância sobre o outro (HAESBAERT, 2014a, p. 177).

Em 2016, Haesbaert publica o artigo *Limites no espaço-tempo: a retomada de um debate*, na *Revista Brasileira de Geografia* (IBGE), onde novamente afirma que “o espaço, assim, torna-se sobretudo fruto de conexões e, além disso, incorpora de forma indissociável o jogo entre os mundos material e mental, superando outra dicotomia que vê o espaço apenas como materialidade, ‘exterior’, e o tempo como incorpóreo, ‘interior’” (HAESBAERT, 2016a, p. 9, grifo nosso). Por fim, no ano de 2020, Haesbaert publica o texto *Território(s) numa perspectiva latino-americana*, pelo *Journal of Latin American Geography*, em que volta a ponderar que, na “ótica indígena”, por exemplo, “o território se torna, assim, antes de tudo, território de vida para grupos cuja existência se deve a essa relação indissociável com seus espaços vividos, rompendo com a visão dicotômica entre materialidade e espiritualidade, natureza e sociedade” (HAESBAERT, 2020, p. 145).

EXORTAÇÕES CONTRA O MATERIALISMO DIALÉTICO (E CONTRA O MARXISMO)

Dentre os apontamentos extraídos da recôndita crítica haesbaertiana ao materialismo dialético e ao marxismo, podemos destacar exortações que não somente ensinam, mas que no clareamento do caminho da negação abstrata da matéria (do real), nos orientam a percorrer um caminho diferente, o caminho da negação da negação. Vejamos.

Como primeira exortação, podemos destacar que para Haesbaert a matéria é o físico-concreto, corpóreo, tangível, delimitável, e a imatéria é o metafísico, espiritual, incorpóreo, intangível, e assim, para ele o materialista fecha a sua análise num espaço concreto, e o idealista num espaço simbólico:

Esta discussão que muitas vezes contrapõe uma dimensão material e uma dimensão imaterial do território é muito relevante. Podemos dizer que há duas leituras possíveis:

primeiro, dentro da esfera ontológica, entre aqueles que admitem uma existência efetiva de território — seja na visão materialista de um espaço geográfico concreto, empiricamente delimitável, seja na visão idealista de território como representação presente na consciência de determinada cultura ou grupo social; segundo, numa perspectiva epistemológica, entre os que promovem a noção de território, basicamente enquanto instrumento analítico para o conhecimento. Neste caso, é claro, o território não é “a” realidade, não podendo ser delimitado nem no “terreno”, materialmente falando, nem na “cultura”, em sua realidade simbólica. Constitui-se apenas num apoio ou instrumento, ainda que indispensável, utilizado pelo geógrafo no caminho de entendimento da realidade (HAESBAERT, 2016b, p. 91).

Numa segunda exortação, Haesbaert apresenta que a matéria está para o objeto e elemento fixo, inamovível, regular e constante, assim como a chamada imatéria está para o fluxo e ação dinâmica, mutável, fluída e transitória:

O espaço geográfico, na verdade, partindo de uma posição relacional, envolve, como queria Milton Santos, tanto o universo dos objetos, quanto dos sujeitos e suas ações, tanto a dimensão dos elementos (aparentemente) fixos quanto móveis, tanto a dimensão material quanto a dimensão imaterial. (...). Nesse sentido, todo espaço geográfico é *também* ação, movimento e representação simbólica (HAESBAERT, 2014c, p. 37, grifo do autor).

Numa terceira exortação, extraímos de Haesbaert que sua filosofia relaciona materialismo e idealismo, e que assim, para ele, a realidade também será a integração híbrida entre a matéria e a chamada imatéria:

A realidade social em que construímos nossos espaços (e territórios) não é nem “material” nem “ideal”, “em última [ou primeira] instância”, ou seja, defendemos uma filosofia (assim como uma concepção de território) não-materialista *e* não-idealista, mas material *e* “ideal” ao mesmo tempo (HAESBAERT, 2016b, p. 163, grifos do autor).

Propomos aqui uma interpretação intermediária, coerente com a noção proposta no início deste trabalho, vendo o território (e, conseqüentemente, a espacialidade na qual ele é construído), como sempre um “híbrido” entre materialidade e imaterialidade, funcionalidade e expressividade, pelo simples fato de que estas dimensões são inseparáveis e que os processos de territorialização e desterritorialização só podem se dar através de uma perspectiva permanentemente conjugada entre elas (HAESBAERT, 2016b, p. 270)

Precisamos agora, depois de atentarmos para tais exortações, nos questionar o que realmente é a matéria e a materialidade para os materialistas dialéticos. Assim como tentar responder se, de fato, há a imatéria e a imaterialidade, e, se havendo a imatéria, devemos problematizar sua relação com a matéria numa integração híbrida de i-matéria e i-materialidade.

REFERÊNCIAS

CARLOS, A. F. A. Os caminhos da Geografia Humano no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB-São Paulo, n. 71, pp. 129-142, 1993.

CARLOS, A. F. A; LECIONI, S. Alguns elementos para a discussão do espaço geográfico como mercadoria. **O Borrador**, São Paulo: AGB-São Paulo. 1982.

GOMES, H. A geografia e suas implicações no subdesenvolvimento do terceiro mundo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB-São Paulo, n. 59, pp. 43-58, 1982.

HAESBAERT, R. Território(s) numa perspectiva latino-americana. **Journal of Latin American Geography**, Baltimore: University of Texas Press, v. 19, n. 1, pp. 141-151, 2020.

HAESBAERT, R. Limites no espaço-tempo: a retomada de um debate. **Revista Brasileira de Geografia (IBGE)**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 61, n. 1, pp. 5-20, 2016a.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016b.

HAESBAERT, R. **Região-global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014a.

HAESBAERT, R. Territórios em disputa: desafios da lógica espacial zonal na luta política. **CAMPO-TERRITÓRIO**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia: UFU, v. 9, n. 18, 11 jul. 2014b.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014c.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: Saquet, Marcos Aurelio. e Sposito, Eliseu Savério (Org.). **Território e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2008a, p. 95-120.

HAESBAERT, R. Hibridismo, Mobilidade e Multiterritorialidade numa perspectiva geográfico-cultural integradora. In: SERPA, Ângelo (Org.). **Espaços Culturais**: vivências, imaginações e representações. Salvador: EDUFBA, 2008b, p. 393-419.

HAESBAERT, R. Questões Sobre a (Pós-)Modernidade. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro: PPGEU-UERJ, n. 2, p. 7-22, 1997a.

HAESBAERT, R. Território, poesia e identidade. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro: PPGEU-UERJ, n. 3, p. 20-32, 1997b.

HAESBAERT, R. Filosofia, geografia e crise da modernidade. **Terra Livre**, São Paulo: AGB. n. 7, p. 63-92, 1990.

HAESBAERT, R. Territórios Alternativos. **Jornal do Brasil** (Caderno Ideias), Rio de Janeiro, p.11, 21 de maio de 1987.

HAESBAERT, R.; GOMES, P. C. da C. O Espaço na Modernidade. **Terra Livre**, São Paulo: AGB, n. 5, pp. 47-68, 1988.

HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova des-ordem mundial**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 14. ed. São Paulo: HUCITEC, 1995.

PETRA, J. Intelectuais: Uma crítica marxista aos pós-marxistas. **Lutas Sociais**, São Paulo: PUC-SP, n. 1, pp. 1-28, 1996.

RODRIGUES, A. M. A Moradia Nas Cidades Brasileiras. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

SILVA, A. C. da. A Renovação Geográfica no Brasil – 1976-1983: As Geografias Radical e Crítica na Perspectiva Teórica. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB-São Paulo, n. 60, 1984.

SOUZA, M. L. de. “Espaciologia”: Uma objeção (crítica aos prestigiamentos pseudo-críticos do espaço social). **Terra Livre**, São Paulo: AGB, v. 10, p. 21-45, 1988.

VESENTINI, J. W. Ensino da Geografia e luta de classes. **Orientação**, São Paulo: Departamento de Geografia-USP, n. 5, p. 33-36, 1984.